ATA DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 2017
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
Nº 02/2017

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente – Albano Fernandes Álvares, 1.º Secretário - Maria Cândida Pereira das Eiras, 2.ª Secretária – Sandra Isabel André dos Reis.

PRESENÇAS: Isabel Cristina Gomes Torres, António Pereira dos Penedos, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, José Miguel Afonso Fernandes, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Armindo de Sousa Pereira, Rui Fernandes Álvares, Marlene Afonso Miranda, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Fernando Pereira Campos, Arnaldo António de Moura Silvestre Videira, Magda Pereira Barroso e Odete Cristina Queiroga

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

Moreira.

SECRETARIOU: Filipe Silva, Secretário do GAP.

PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Fernando Eirão Queiroga, Presidente da Câmara, António Guilherme Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do Céu Domingues Fernandes, Ana Luísa Pires Monteiro e Hélio Romeu Monteiro Pereira Martins, vereadores.

HORA DE ABERTURA: 10 horas e 30 minutos.

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 – Aprovação da ata da sessão ordinária de 16 de fevereiro 2017;

1.2 – Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento;

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 – Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;

2.2 – Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Relatórios de Acompanhamento 2016;

2.3 – Relatório de Gestão e Contas 2016/ Apreciação e Votação;

2.4 – Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa da Câmara Municipal para o ano de 2017;

2.5 – EHATB – Relatório de Execução Orçamental do 3º Trimestre 2016/Apreciação;

2.6 – EHATB – Plano de Atividades e Orçamento – 2017/Apreciação;

2.7 – Proposta sobre a transformação da Sociedade por Quotas "Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.", participada pelo Município, numa Sociedade Anónima / Aprovação.

Dada a ausência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou o 1.º secretário, Albano Álvares, a presidir a Mesa da Assembleia. Propôs à Assembleia que integrasse a mesa, o membro da Assembleia Municipal, Sandra Reis. Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

pela respetiva convocatória. De seguida deu conhecimento da correspondência recebida desde a última reunião: Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica Concedida pela Assembleia Municipal; comunicação a informar da impossibilidade em comparecer na presente sessão da Assembleia Municipal, dos seguintes membros: Arnaldo Videira, (reg. 1259, de 30 mar.), Odete Moreira, (reg. 1318, de 3 abr.); Fernando Campos (reg. 1314, de 3 abr.) e Magda Barroso, (reg. 1313, de 3 abr.); ofício da Câmara Municipal relativo aos pontos a serem submetidos à Assembleia Municipal (reg. 1196, de 24 mar.); envio da Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal (reg. 1230, de 28 mar.); Relatório de Execução Orçamental do 4.º trimestre 2016 (reg. 1260, de 30 mar.) e Dossier de Prestação de Contas da EHATB, EIM, SA (reg. 1261, de 30 mar.);

1.1 – Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 16 de fevereiro 2017;

Uma vez que a proposta de ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:

O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, disse que iria votar contra a aprovação da ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de fevereiro. Referiu-se às obras junto à Escola de Vilarinho Seco, mencionadas na anterior sessão da Assembleia Municipal, afirmando que a Câmara Municipal devia cumprir com as regras de construção existentes naquela

aldeia. Falou ainda da situação de Agrelos, também debatida na anterior sessão, dizendo ter dúvidas sobre os motivos ambientais referidos pelo Presidente da Câmara Municipal, para a não construção da rede de saneamento naquela localidade. Disse ter-se perdido uma grande oportunidade ao não efetuar a construção da rede de saneamento naquela aldeia, aproveitando as obras na rede de abastecimento de água.

De seguida foi colocada a ata a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com um voto contra do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares e duas abstenções dos membros da Assembleia Municipal, Adérito Pinto e José Fernandes.

1.2 – Assuntos de interesse municipal nos termos do regimento;

Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:

O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, leu um voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, relativo ao falecimento do Senhor Olímpio Pires André, ex-presidente da Junta de Freguesia de Boticas, documento esse que ficará anexo à ata. Solicitou ao Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre o ponto de situação da "Eira", situada junto ao Rio Noro.

O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação das obras na rede de abastecimento público de água na localidade de Agrelos.

O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, falou do Museu de Alturas de Barroso que ainda não se encontra em

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

funcionamento, apelando a Câmara Municipal e/ou a Junta de Freguesia local para tomar uma atitude nesse âmbito. Manifestou ainda a necessidade do arranjo de um arruamento na localidade de Atilhó, já por ele referido anteriormente.

O Presidente da Câmara Municipal, congratulou-se pela apresentação do voto de pesar relativo ao falecimento do Senhor Olímpio Pires André, tendo tomado nota da proposta de atribuição do seu nome a uma Rua da Vila de Boticas. Em relação à situação da "Eira", disse que o processo foi definitivamente encerrado, com uma decisão favorável à Câmara Municipal por parte do Tribunal de Relação de Guimarães, terminando definitivamente as dúvidas da posse do lugar referido como "Eira". No que toca à situação de Agrelos, disse que a construção de infraestruturas para o saneamento, com todas as condições exigidas, revelar-se-ia muito dispendiosa, daí não ter sido realizada a obra. Informou da conclusão das obras na rede de abastecimento público de água naquela localidade, sendo já possível efetuar o pedido de ligação à rede por parte dos interessados. Em relação às obras junto à antiga Escola de Vilarinho Seco, disse que as mesmas encontram-se enquadradas com o edifício existente e não o desclassifica, não deixando por isso, de cumprir com os requisitos exigidos para aquele tipo de obra. No que diz respeito ao Museu de Alturas do Barroso, disse ter estado no local com o Presidente da Junta local, tomando nota das necessidades do edifício. Referiu ter já falado com um técnico para a recuperação das peças existentes no mesmo e da organização do seu espólio. Informou que não existem recursos humanos no Município para

proceder a tal trabalho, pelo que se encontra a aguardar pela disponibilidade daquele técnico para mais desenvolvimentos nessa área. Em relação ao arruamento de Atilhó, disse estar a situação resolvida há já algum tempo.

2.1 – Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;

O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, destacou alguns pontos constantes da Informação do Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente o apoio do Município na organização do desfile de Carnaval, promovido pela Junta de Freguesia de Boticas e Granja, à qual deu os parabéns. Congratulou-se ainda pela forte adesão das freguesias e associações do Concelho nesse desfile. Lembrou que, infelizmente, não se realizou o desfile previsto para terça-feira, uma vez ter-se verificado o falecimento do ex-presidente da Junta de Freguesia de Boticas, senhor Olímpio André. Referiu alguns exemplos de promoção e desenvolvimento do Concelho por iniciativa ou apoio do Município, nomeadamente no que diz respeito ao turismo, empreendedorismo e investimento. Convidou todos os membros a associarem-se aos eventos a realizar durante o próximo fim-de-semana, nomeadamente a prova de downhill e a iniciativa "Páscoa Boticas 2017".

O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, afirmou que em relação à floresta, os projetos florestais do Concelho de Boticas não são implementados da melhor forma por falta de manutenção e acompanhamento técnico, muitas vezes com o objetivo principal de beneficiar dos apoios financeiros. Ape-

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

lou as entidades intervenientes na floresta para que, junto com os seus respetivos técnicos, implementem projetos com resultados positivos para as gerações futuras.

O Presidente da Câmara Municipal deu os parabéns à "Mais Boticas – Associação Empresarial Botiquense", pela organização de mais uma iniciativa a realizar no próximo fim de semana e que irá contribuir para a dinamização do Concelho. Relativamente à questão das florestas, disse estar também preocupado com as mesmas, afirmando existir uma grande desorganização quanto à gestão das mesmas. Disse ter havido um "virar de costas" às florestas e que o próprio já interviu publicamente no assunto em vários locais. Informou da intenção do Governo em delegar competências nas autarquias nessa área, aguardando-se mais desenvolvimentos.

2.2 – Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Relatórios de Acompanhamento 2016;

O Presidente da Assembleia Municipal, informou os membros da Assembleia Municipal que os Relatórios em causa, estavam disponíveis para consulta na Mesa.

O Presidente da Câmara Municipal deu os parabéns aos presidentes de Junta de Freguesia do Concelho pelo trabalho realizado nos seus respetivos territórios. Explicou que os relatórios apenas são a confirmação da utilização das transferências financeiras efetuadas pela Câmara Municipal.

2.3 – Relatório de Gestão e Contas 2016/ Apreciação e Votação;

O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, disse que o Presidente da Câmara Municipal não respondeu à sua

pergunta sobre a questão de Agrelos. Em relação ao presente ponto, disse que os resultados apresentados refletem também as retificações que foram efetuadas ao orçamento. Afirmou que as mesmas contribuíram para que os desvios verificados em termos de execução fossem menores. Disse ter dúvidas sobre a utilização dessas retificações na contabilidade pública, que acabam por "corrigir" más orçamentações. Em relação às receitas correntes, afirmou que o Município continua com uma incapacidade de gerar receitas próprias, sendo as mesmas provenientes essencialmente de transferências e de impostos diretos. Referiu, por outro lado, ter-se verificado uma diminuição dos impostos indiretos, que incidem na sua maioria sobre empresas, o que na sua opinião, não corresponde a uma boa opção política. Disse que a política de pagamentos a curto prazo divulgada pelo Município não é refletida no Relatório, uma vez que se verifica um aumento das despesas correntes. Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, disse que a rubrica relativa à proteção do meio ambiente e conservação da natureza, tinha uma verba prevista de apenas 7.400,00€, tendo-se verificado uma baixa execução da mesma, aspeto que criticou. Referiu que as rubricas referentes à agricultura e ao turismo tiveram uma execução que ficaram aquém do desejável. Falou do aumento do défice e da dívida, tendo constatado o agravamento da despesa, nomeadamente em termos de fornecimento e serviços externos, transferências e subsídios. Disse que as despesas operacionais superaram os proveitos operacionais, tendo-se verificado um défice de cerca de 1.500.000,00€, a acrescentar à dívida de cerca de

Mod. 752-C — *Grafinal-Águeda*

4.500.000,00€ relativa a anos anteriores, concluindo que o Município apresentou uma dívida de cerca de 6.000.000,00€. Referiu que tal resultado reflete algumas opções políticas com as quais não concorda. Apelou para a necessidade de atuação na área florestal, em colaboração com a Cooperativa Agrícola de Boticas e as entidades gestoras dos baldios através, por exemplo, da reflorestação.

O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, disse que iria proceder a uma leitura técnica às contas do Município. Explicou que a cobrança dos impostos indiretos, como é o caso do IVA, cabe ao poder central e que em relação aos impostos diretos, como o IRS, os 5% a que o Município tem direito são devolvidos na sua totalidade aos munícipes. Referiu que podem existir várias opiniões em relação às contas do Município, tendo realçado no entanto, que o mesmo ocupa a 1.ª posição a nível distrital, no que à eficiência financeira diz respeito. Deu, em nome pessoal e do Grupo Municipal do PSD, os parabéns ao executivo camarário pelos resultados alcançados. Manifestou ainda a sua solidariedade para com os restantes municípios do distrito que, embora não tivessem alcançados tão bons resultados como os de Boticas, se esforçaram para a obtenção de bons resultados. Elogiou o facto do Município de Boticas ter tido um orçamento e uma demonstração de resultados com superávit. Destacou a elevada taxa de execução das receitas, muita acima do mínimo exigido em termos legais. Disse que os resultados obtidos permitem e potenciam maior capacidade de apoio às famílias, jovens, idosos, instituições e Juntas de Freguesia do Concelho. Realçou o facto do

Município não ter tido qualquer dívida a fornecedores no encerramento do ano económico de 2016. Concluiu reiterando os seus parabéns ao executivo camarário pelos resultados financeiros obtidos.

O Presidente da Câmara Municipal informou, relativamente à questão das obras na localidade de Agrelos, que as mesmas se encontram concluídas, tendo correspondido a um custo de cerca de 120.000,00€, estando neste momento, a serem colocados os contadores. No que toca ao presente ponto, disse que as contas não foram mascaradas e que correspondem à realidade. Referiu que as receitas do Município provêm maioritariamente de transferências do Estado e que tal facto continuará a verificar-se uma vez que o Município já reduziu significativamente, a favor dos munícipes, outras formas de receitas, nomeadamente taxas e impostos, bem como a devolução dos 5% de IRS. Lembrou que essas medidas foram aprovadas pela Assembleia Municipal. Referiu que o Município não está a sobrecarregar os munícipes com impostos, informando até da quase impossibilidade em reduzi-los ainda mais. Disse que o aumento da dívida mencionada anteriormente não corresponde à realidade e que para o ano económico de 2016, a dívida bancária diminuiu. Informou que o saldo das contas de 2016 foi de cerca de 3.500.000,00€. Em relação às despesas correntes, afirmou que o seu aumento resulta das dinâmicas implementadas para o desenvolvimento do Concelho. Destacou a boa taxa de execução de receitas correntes e de capital, bem como do valor do passivo financeiro que é de zero neste último caso. Referiu-se a uma candidatura do Município no que

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

diz respeito à eficiência energética, financiada em parte pelo "Portugal 2020", em que afirmou que na parte não financiada, o Município não necessita de recorrer a empréstimo, tendo a capacidade para suportar tais custos. Destacou o prazo médio de pagamento do Município que é de 13 dias. Referiu que a capacidade de endividamento do Município neste momento, é de mais de 2.000.000,00€. Disse que são números que transmitem algum conforto e segurança para o futuro. Destacou a boa taxa de execução das receitas e das despesas. Quanto à questão da utilização de retificações ao orçamento, concordou com a utilização dos mesmos, uma vez que permite adaptar o orçamento às realidades que se vão encontrando. Disse que, como já tinha referido anteriormente, o executivo irá aproveitar o saldo de gerência para colmatar algumas rubricas. Disse estar descansado no que toca à gestão das contas do Município e que têm sido realizados os investimentos considerados necessários ao Concelho. No que diz respeito à aplicação de impostos às empresas do Concelho, referida anteriormente, disse não entender tal afirmação uma vez que o Município não aplica qualquer imposto às mesmas, tendo até adotado várias medidas para a redução e/ou isenção de taxas relacionadas com a instalação de empresas no Concelho.

De seguida foi colocado o ponto "2.3 – Relatório de Gestão e Contas 2016/ Apreciação e Votação" a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Adérito Pinto e Rui Álvares e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, José Fernandes.

2.4 – Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa da Câmara Municipal para o ano de 2017;

O Presidente da Câmara Municipal informou que esta revisão tem como objetivo o aproveitamento do saldo de gerência, para reforçar as rubricas com saldo insuficiente para fazer face a compromissos, nomeadamente os relacionados com as Juntas de Freguesia e execução de alguns projetos aprovados no "Portugal 2020".

O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, disse que a dívida de curto prazo relativa a 2016 não era de 0,00€ mas sim de 18.000,00€. Quanto às retificações ao orçamento, disse que embora a sua utilização seja legal, não concorda que tal ferramenta contabilística seja utilizada as vezes necessárias, uma vez que considera ir contra as regras de contabilidade pública. Disse que as retificações deveriam ser apenas utilizados em casos extraordinários.

O Presidente da Câmara Municipal referiu que as retificações não são utilizadas indiscriminadamente. Disse que a utilização desse instrumento não é sinal de que o orçamento não foi bem planeado mas sim o reforço de rubricas com saldo insuficiente.

De seguida foi posto o ponto "2.4 – Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa da Câmara Municipal para o ano de 2017" a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Adérito Pinto e Rui Álvares e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, José Fernandes.

2.5 – EHATB – Relatório de Execução Orçamental do

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

3º Trimestre 2016/Apreciação;

O Presidente da Assembleia Municipal informou que os pontos 2.5 e 2.6, iriam ser debatidos em conjunto.

O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, referiu que os lucros repartidos por aquela empresa às Câmaras Municipais, para a realização de diversas atividades, deveriam ser também aplicados nas prioridades de cada Concelho, referindo-se à beneficiação da Estrada Nacional 312, no caso concreto de Boticas.

O Presidente da Câmara Municipal informou que a EHATB teve, de novembro 2016 a março 2017, um prejuízo de cerca de 1.000.000,00€, devido à fraca precipitação. Disse que as transferências provenientes daquela empresa são aplicadas de acordo com o objeto social da mesma, nomeadamente através da realização de eventos com vista à promoção e divulgação dos Municípios. Falou da existência de uma reserva líquida para investimento na empresa, informando que estaria prevista a construção de uma mini hídrica, o que não veio a concretizar-se devido à construção das barragens no rio Tâmega. Disse haver um bom relacionamento com os restantes Presidentes de Câmara do Alto Tâmega, falando a uma só voz quando se trata de políticas para o território, independentemente da cor partidária. Relativamente à Estrada Nacional 312, disse que quando o Município de Ribeira de Pena decidir intervir na sua parte, que representa mais de dois terços daquela via, o Município de Boticas fará a intervenção na parte do seu território.

2.6 – EHATB – Plano de Atividades e Orçamento –

2017/Apreciação;

As intervenções relativas ao presente ponto foram incluídas no ponto 2.5.

2.7 – Proposta sobre a transformação da Sociedade por Quotas "Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.", participada pelo Município, numa Sociedade Anónima / Aprovação.

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal pela qual se propõe, pelas razões nela referenciadas, a transformação da sociedade por quotas "Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda", com sede social no Porto, participada pelo Município de Boticas e pelos restantes cinco outros Municípios do Alto Tâmega, com uma quota com o valor nominal de mil euros, representativa de 20% do respetivo capital social, detida em regime de contitularidade, numa sociedade anónima com a configuração, o capital social, as ações representativas, o seu valor nominal e nas restantes condições que estão descritas na mesma proposta, incluindo as ações que nela o Município passará a deter, cujas razões e demais aspetos da operação de transformação foram devidamente explicitados pelo Presidente da Câmara Municipal que também prestou diversos outros esclarecimentos sobre a motivação e fundamentação da mesma proposta.

De seguida foi posta a votação o ponto "2.7 - Proposta sobre a transformação da Sociedade por Quotas "Empreendimentos Eólicos de Viade, Lda.", participada pelo Município, numa Sociedade Anónima / Aprovação", tendo sido aprovada, por maioria, com três abstenções dos membros da

Mod. 752-C — Grafinal-Águeda

Assembleia Municipal, Rui Álvares, Adérito Pinto e José Fernandes."

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Assembleia a autorização para aprovação da ata da presente sessão em minuta, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares.

Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.

E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião eram 11 horas e 15 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com um voto contra, a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei.

ANEXOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO

DO SR. OLÍMPIO PIRES ANDRÉ

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata manifesta o seu pesar pelo falecimento, no dia 28 de fevereiro, do Senhor Olímpio Pires André, ex-presidente da Junta de Freguesia de Boticas e uma das figuras maiores do Poder Local Democrático no Concelho, que ao longo da sua vida, tanto nas funções que desempenhou como em termos pessoais, contribuiu de forma vincada, empenhada e ativa para o desenvolvimento da nossa terra e para a criação de bem-estar social das gentes da freguesia e do Concelho. De carácter abnegado e com uma total entrega às causas públicas, fiel às suas convicções, solidário e sempre disponível para ajudar, defendeu com empenho, elevação e dignidade o Concelho de Boticas e as suas gentes, deixando uma permanente saudade, fruto das muitas relações de amizade, carinho e admiração que granjeou junto da população ao longo dos tempos, e uma recordação na memória de todos.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal deixe registado em ata o pesar e tristeza pelo seu falecimento, comunicando à sua família este voto, propondo ainda à Câmara Municipal que o seu nome seja atribuído a uma rua da Vila de Boticas, assim que tal seja possível.

Assembleia Municipal de Boticas, 4 de abril de 2017

Camilo Anes Pires
Lúcio Martins Dias Pó
Antônio Dias Couto
Renato da Costa Pereira